

Política

CONSTITUINTE

Subcomissão acata as principais bandeiras do sindicalismo

por Thais Bastos de Brasília

Todas as principais bandeiras do movimento sindical brasileiro foram contempladas no relatório da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, encaminhado ontem aos 24 membros pelo seu relator, deputado Mário Lima (PMDB-BA): salário mínimo; fixado pelo Congresso Nacional, direito à sindicalização e à greve a todas as categorias profissionais, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, reajuste automático mensal de salários pela variação do índice do custo de vida, proibição de trabalho a menor de quatorze anos, proibição de locação e sublocação de mão-de-obra e participação no lucro ou faturamento das empresas, entre outras.

Como novidades, o relatório trouxe a proibição da caracterização, como renda, para efeitos tributários, da remuneração até o limite de vinte salários mínimos, o regime de sindicato único por ramo de atividade preponderante na empresa, a determinação de que lei ordinária instituirá um regime jurídico único para servidores da União, estados e municípios, a determinação de que os soldados militares sejam reajustados sob os mesmos índices e nas mesmas ocasiões das remunerações dos servidores civis, e ainda a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos no período entre setembro de 1961 e fevereiro de 1987, com direito a reintegração ao serviço ativo e ao recebimento dos vencimentos corrigidos.

Baseando-se em mais de 1.390 propostas (14% do total de todas as sugestões recebidas pelas 24 subcomissões), e depois de ouvir 28 entidades, Mário Lima chama a atenção para a decisão da subcomissão em garantir os princípios básicos dos trabalhadores na Carta Magna: "Técnicamente, não há por que deixar para a lei ordinária a claridade dos princípios", afirma, "porque temos enorme dívida social a resgatar no País".

PMDB

Em discussão a convenção do partido

por Zanoni Antunes de Brasília

A comissão executiva nacional do PMDB reúne-se hoje, às 10 horas da manhã, no gabinete do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, para decidir sobre a convocação da convenção nacional do PMDB. O pedido de convocação é do senador José Fogaça (RS) — e endossa do pelo senador Afonso Camargo (PR) — e tem como objetivo discutir a duração do mandato do presidente José Sarney.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), informou que a comissão executiva também vai analisar uma proposta que sugere ao líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), convocar uma reunião da bancada do PMDB na Assembleia Constituinte.

Segundo Luiz Henrique, a definição da duração do mandato do presidente da República deve sair de "dentro do partido".

Segundo o relator, não houve grandes polêmicas durante a fase inicial da subcomissão, devendo ocorrer a partir de agora maior debate em função da fase de detalhamento das propostas. Ele afirmou ter facilitado o trabalho da subcomissão o fato de a maioria absoluta dos seus membros ter subscrito a proposta encaminhada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que representa o conjunto do movimento sindical. "Foi o nosso texto-base", revelou.

MILITARES

Políticos apóiam pacto defendido por Pires

por Cecílio Pires de Brasília

Os setores militares estão "atentos" à atual situação que o País atravessa e coesos em torno do presidente José Sarney, disse ontem a este jornal uma fonte credenciada da área militar. Entendem ainda que a tese de um pacto social entre todos os setores da sociedade, defendida no último domingo pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que representa o porta-voz da área militar, segundo enfatiza o mesmo informante, é a saída, hoje, para superar a crise.

A área militar, de acordo com a análise desta fonte, aponta a existência de greves por motivos justos e as greves que considera injustificadas, mas admite que a população ficou decepcionada e insatisfeita com o fracasso do Plano Cruzado. Por isso, entende este militar, a única forma para acabar com a alta generalizada de preços que, salienta, não pode continuar é um novo congelamento.

Estas considerações foram feitas a propósito do pronunciamento do ministro Leônidas Pires Gonçalves após participar das comemorações pelo Dia da Cavalaria, em Tramandaí, no Rio Grande do Sul, no último domingo. Pires Gonçalves defendeu uma união nacional para acabar com o descompasso existente entre as exigências da Nação e as possibilidades do Estado, que estão com as relações enfraquecidas. Criticou ainda as greves, defendendo que os segmentos mais resistentes no pacto social terão agora de abandonar suas ambições pessoais para chegar à vontade nacional.

O deputado Ulysses Guimarães comentou ontem, segundo relato do repórter Zanoni Antunes, a tese de um pacto social defendida pelo ministro do Exército, dizendo que a ideia "é muito boa, mas há dificuldades evidentes a respeito. Quem se oporia a um pacto? in-

Relatório final mantém o papel das Forças Armadas

por Eliana Simonetti de Brasília

O capítulo da Constituição que trata da defesa do Estado, da sociedade e da sua segurança, de acordo com a proposta do relator da subcomissão encarregada do tema, Ricardo Ferreira Fiúza (PFL-PE), não terá novidades. "Inovar, rever, aprimorar, modernizar, caminhar na busca de uma sociedade cada dia mais justa, não deve significar necessariamente romper com a tradição e os costumes, violentando a

indole da nação, pois isso nos levaria a uma Constituição natimorta, a exemplo da de 1937", justifica o deputado em seu relatório.

Até o final da semana passada, Fiúza dizia que seu anteprojeto adotaria muitas das propostas da Comissão Afonso Arinos, que alterava a competência das Forças Armadas, restringindo sua atuação a conflitos com outros países. O relatório final do deputado, divulgado ontem, no entanto, explica a mudança de ideia, ao afirmar que "o emprego das Forças Armadas é imperativo na grave perturbação da ordem ou comoção instigada grave". Para ele, "a coercibilidade advinda da possibilidade de emprego das Forças Armadas na manutenção da segurança interna e a coação concreta de sua atuação, de acordo

com a vontade nacional, legítima e democraticamente expressa, não podem ser desprezadas".

As Forças Armadas, portanto, na proposta, "destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem". Para a defesa do Estado, o anteprojeto cria o instrumento do estado de defesa, decretado pelo presidente da República para preservar ou restabelecer a ordem pública em locais restritos. O período de duração do estado de defesa é de trinta dias, prorrogáveis uma vez, e neste tempo os bens e serviços públicos serão ocupados pela União.

O estado de sítio poderá ser decretado pelo presidente da República, "ad referendum" do Congresso Nacional, no caso de como-

ção grave ou fatos para os quais seja ineficaz o estado de defesa, ou em caso de guerra ou agressão armada estrangeira. Decretado o estado de sítio, com duração de trinta dias prorrogáveis, "só se poderão tomar contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada, detenção obrigatória em edifício não destinado a réus e presos por crimes comuns, restrições à inviolabilidade de correspondência, do sigilo das comunicações ou a prestação de informações à liberdade de imprensa e radiodifusão, suspensão da liberdade de reunião, mesmo em se tratando de associações legalmente organizadas, busca e apreensão em domicílio, intervenção nas empresas e serviços públicos e requisição de bens".

Em síntese, as propostas são as seguintes:

1) Conceituação do direito de propriedade como obrigação social. Não como direito individual, como pretendem o grupo conservador da subcomissão. A conceituação incorporada ao relatório foi proposta pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em audiência pública convocada pela subcomissão.

2) Instituição da perda sumária dos imóveis desapropriados. E um dos itens mais polêmicos na subcomissão. Tem o objetivo de viabilizar os objetivos sociais da desapropriação, impedindo que a União só tome posse do imóvel depois de um longo processo judicial. Caso a proposta de imissão imediata na posse seja rejeitada pela subco-

Santillo quer "programa claro"

por José Antônio Severo de Goiânia

O governador de Goiás, Henrique Santillo, disse ser inútil uma proposta de união nacional se antes não houver um programa claro em torno do qual se possa aglutinar forças sociais e políticas.

"Concordo com a ideia de união nacional proposta no Rio Grande do Sul pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Mas não dá para fazer isto em cima de um discurso, de um apelo", afirmou, comentando os termos da fala do ministro na festa da Cavalaria, na cidade de Osório, domingo à tarde.

Para o governador de Goiás, o ministro deveria ter sido mais explícito e enunciado concretamente quais forças deveriam compor esse grande acordo nacional.

De maneira semelhante, o empresário Onofre Quinan, presidente do grupo Onogás, um dos principais grupos empresariais de Goiânia, com atuação nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão, comentou as declarações do ministro do Exército: "O ministro precisa ser mais claro. A gente até entende para quem ele estava mandando seu recado. Entretanto, as coisas precisam ser ditas com clareza para que todos entendam".

O governador insiste que qualquer acordo somente poderá ser feito em cima de um programa bem claro. Da alocução do ministro do Exército, Santillo ampliou seu raciocínio para o tópico mais evidente do conclave de um governo de união nacional: "Não pode haver aliança que não seja em cima de um programa mínimo para a conjuntura".

E sentença: "Quem tem de oferecer esse programa mínimo é o PMDB. Não adiantará nada fora disso", e indica um caminho: "Fomos os primeiros a propor uma reunião urgente de governadores com a executiva do PMDB. De-

fatle: "Toda nossa campanha foi feita em torno de um programa de governo. Primeiro, fizemos vários seminários com vereadores, lideranças e prefeitos das diversas regiões do estado, dentro do PMDB. Depois, ampliamos para discutir o programa com a sociedade civil. No final, chegamos a colher sugestões sobre nosso programa em urnas colocadas à disposição do público nas cidades. E deu certo. Pode-se ver como essa estratégia funcionou perguntando a qualquer cidadão nas ruas de Goiânia para ver como qualquer pessoa sabe alguma coisa sobre o programa de governo do estado", conclui.

Propriedade rural pode ficar limitada a 100 módulos

por Francisco Stello Fogó de Brasília

O conjunto de propostas contidas no relatório apresentado ontem pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) está em discussão a partir de hoje na subcomissão de política agrícola e fundiária e da reforma agrária da Constituinte, da qual o deputado é relator.

Em síntese, as propostas são as seguintes:

1) Conceituação do direito de propriedade como obrigação social. Não como direito individual, como pretendem o grupo conservador da subcomissão. A conceituação incorporada ao relatório foi proposta pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em audiência pública convocada pela subcomissão.

2) Instituição da perda sumária dos imóveis desapropriados. E um dos itens mais polêmicos na subcomissão. Tem o objetivo de viabilizar os objetivos sociais da desapropriação, impedindo que a União só tome posse do imóvel depois de um longo processo judicial. Caso a proposta de imissão imediata na posse seja rejeitada pela subco-

missão, o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) apresentará emendas para levá-las ao plenário.

3) Criação do fundo nacional de reforma agrária para assegurar recursos à execução da reforma.

4) Fixação de cláusula de inalienabilidade temporária sobre os lotes distribuídos na reforma agrária.

5) Exclusão da reforma agrária de imóveis inferiores a três módulos explorados pelo proprietário.

6) Fixação de limite máximo de propriedades rurais, em cem módulos. E outra proposta polêmica.

7) Nova disciplina das terras públicas destinadas à distribuição.

8) Limitação da propriedade rural das pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras a três módulos rurais.

9) Benefício de impenhorabilidade aos pequenos imóveis cultivados pelos seus proprietários.

10) Vinculação de 30% das verbas de habitação para aplicação no meio rural.

11) Regulação da contribuição de melhoria.

12) Normas plurianuais de política agrícola.

13) Apoio, incentivo e isenção ao cooperativismo.

Um tribunal constitucional

por Eliana Simonetti de Brasília

A criação de um tribunal constitucional é, para o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), a principal proposta da Subcomissão de garantia da Constituição, reforma e emendas da Assembleia Constituinte, da qual é relator. "A prevalência, o controle, a fiscalização e a guarda da Constituição são metas político-jurídicas, até porque os problemas constitucionais

extrapolam o direito e atingem o poder, e, por força dessa vocação política, o tribunal constitucional deve ser parte expressiva do capítulo relativo às garantias constitucionais", justificou o relator.

Entre outras atribuições, o tribunal constitucional poderá declarar o não cumprimento da Constituição, por omissão das medidas necessárias para tornar efetivas as normas constitucionais.

MEIO AMBIENTE — Com a presença de especialistas de diversos países, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) iniciou ontem o seminário sobre "Incidência de Resíduos Sólidos Domésticos", no auditório da instituição. O objetivo é o de obter um parecer conjunto para o problema da destinação final dos resíduos sólidos domésticos na região metropolitana de São Paulo.